RESUMO

O trabalho abordou a inclusão de crianças com autismo na Educação Infantil, destacando os desafios enfrentados por educadores e as práticas pedagógicas adotadas para promover um ensino mais acessível. A crescente identificação do transtorno do espectro autista (TEA) e as políticas públicas de inclusão trouxeram novas demandas para as escolas, exigindo maior preparo dos profissionais da educação. O objetivo foi analisar as estratégias utilizadas pelos educadores para atender às necessidades das crianças autistas na Educação Infantil, identificar os desafios enfrentados e propor soluções para melhorar a inclusão escolar. Para isso, realizou-se uma pesquisa bibliográfica baseada em livros, artigos científicos e legislações que tratam do tema, buscando compreender as melhores práticas e diretrizes para um ensino inclusivo. Os resultados evidenciaram que, apesar dos avanços na legislação e no reconhecimento da importância da inclusão, muitos educadores ainda encontraram dificuldades devido à falta de formação específica, infraestrutura inadequada e poucos recursos pedagógicos adaptados. No entanto, metodologias como o ensino estruturado, o uso de comunicação alternativa e estratégias individualizadas mostraram-se eficazes no processo de aprendizagem.
Concluiu-se que, para uma inclusão efetiva, é essencial investir na capacitação contínua dos educadores, na adaptação dos espaços escolares e no fortalecimento das políticas públicas. A educação infantil tem um papel crucial no desenvolvimento das crianças autistas, e garantir um ambiente acolhedor e estruturado é fundamental para o seu progresso acadêmico e social.

Palavras-chave: Autismo. Inclusão Escolar. Educação Infantil.

ABSTRACT

The study addressed the inclusion of children with autism in early childhood education, highlighting the challenges faced by educators and the pedagogical practices adopted to promote more accessible learning. The increasing identification of autism spectrum disorder (ASD) and public policies on inclusion have brought new demands to schools, requiring better preparation of education professionals. The objective was to analyze the strategies used by educators to meet the needs of autistic children in early childhood education, identify the challenges faced, and propose solutions to improve school inclusion. To achieve this, a bibliographic research was conducted based on books, scientific articles, and legislation on the subject, aiming to understand the best practices and guidelines for inclusive education. The results showed that despite advancements in legislation and the growing recognition of the importance of inclusion, many educators still faced difficulties due to a lack of specific training, inadequate infrastructure, and limited adapted teaching resources. However, methodologies such as structured teaching, the use of alternative communication, and individualized strategies proved effective in the learning process. It was concluded that, for effective inclusion, it is essential to invest in the continuous training of educators, the adaptation of school environments, and the strengthening of public policies. Early childhood

education plays a crucial role in the development of autistic children, and ensuring a welcoming and structured environment is fundamental for their academic and social progress.

Keywords: Autism.School Inclusion. Early Childhood Education.

INTRODUÇÃO

A questão do autismo, ou Transtorno do Espectro Autista (TEA), tem ganhado cada vez mais atenção, especialmente no contexto da

Educação Infantil. O autismo é uma condição que afeta a forma como a criança se comunica, interage socialmente e aprende. Embora as crianças com TEA apresentem características muito distintas, elas compartilham dificuldades em áreas como linguagem, comportamento e interação social. No Brasil, a cada vez mais, se fala sobre a importância do diagnóstico precoce e da inclusão escolar dessas crianças, reconhecendo que, quanto mais cedo elas tiverem o apoio adequado, maiores são suas chances de desenvolverem habilidades importantes para a vida.

Este trabalho surge nesse cenário, com o intuito de investigar como a Educação Infantil pode ser um espaço mais inclusivo e acolhedor para crianças com autismo. A ideia é compreender os desafios enfrentados pelos professores, suas práticas pedagógicas e o que pode ser feito para que a aprendizagem dessas crianças se dê de forma mais eficiente. O estudo se justifica pela necessidade urgente de formar educadores capazes de lidar com as particularidades de cada criança com TEA e criar um ambiente onde todas as crianças, independente de suas condições, possam aprender e se desenvolver.

A Educação Infantil é uma fase decisiva no desenvolvimento de qualquer criança. É nela que as bases para o aprendizado são formadas, seja para a comunicação, a socialização ou o conhecimento de mundo. No caso das crianças com TEA, esse desenvolvimento pode ser ainda mais desafiador, mas, ao mesmo tempo, pode representar uma grande oportunidade para educadores, pais e especialistas colaborarem e ajudarem a criança a superar essas barreiras. Portanto, a proposta desse estudo é contribuir para que as práticas pedagógicas adotadas nas escolas atendam melhor as necessidades dessas crianças, respeitando suas individualidades e potencializando seu aprendizado.

O objetivo principal deste trabalho é investigar como os educadores lidam com as crianças com autismo na Educação Infantil, explorando as práticas que têm sido

adotadas, os obstáculos que surgem nesse processo e as soluções que podem ser aplicadas para promover a inclusão. Busca-se entender como as políticas públicas e as leis de inclusão têm impactado a formação dos educadores e o funcionamento das escolas, e, a partir disso, propor novas ideias e estratégias para melhorar a educação dessas crianças.

A pesquisa será baseada em uma revisão bibliográfica, onde serão analisados estudos e publicações que tratam do autismo e da inclusão na Educação Infantil. O foco será examinar as principais práticas pedagógicas que têm sido eficazes, além de identificar os principais desafios enfrentados pelos professores.

## DESENVOLVIMENTO

### A etapa da Educação Infantil

A Educação Infantil, essa etapa tão essencial na vida de uma criança, é o alicerce sobre o qual se constrói todo o desenvolvimento futuro. Nessa fase, que vai dos 0 aos 5 anos, é onde as bases do conhecimento, das habilidades sociais e até das emoções são estabelecidas.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Educação Infantil tem a missão de promover o desenvolvimento integral da criança, tanto no aspecto físico quanto psicológico, intelectual e social. Não é só um momento de preparação para o Ensino Fundamental, é, na verdade, um período essencial para a construção do ser humano, onde ele começa a entender o mundo, a interagir com os outros e a descobrir suas próprias habilidades.

Segundo Vieira, Moreira e Lima (2023) aqui, as práticas pedagógicas são moldadas de acordo com as necessidades e o ritmo de cada criança, respeitando as diferenças e valorizando o processo de aprendizagem de forma lúdica. O brincar, por exemplo, não é apenas um momento de diversão, mas sim uma forma de aprender, onde as crianças se expressam, criam, resolvem problemas e, de forma muito natural, desenvolvem habilidades cognitivas, motoras e emocionais.

E o que é mais interessante, é que elas não percebem que estão aprendendo, tudo acontece de forma prazerosa, sem aquela pressão do "preciso estudar". O ambiente precisa ser acolhedor e estimulante, para que a criança se sinta segura para explorar, testar, errar e, claro, aprender com tudo

isso.

Mas, apesar de ser uma etapa tão importante, a Educação Infantil no Brasil ainda enfrenta muitos desafios. Corsino (2020) explica que a falta de recursos adequados, a desigualdade no acesso e a carência de profissionais bem preparados são obstáculos significativos para que todas as crianças recebam a educação de qualidade que merecem. A formação dos educadores, por exemplo, é um ponto fundamental.
Embora a qualificação dos profissionais tenha avançado ao longo dos anos, muitos educadores ainda não têm o suporte necessário para lidar com a diversidade de necessidades presentes em sala de aula. Muitos estão sobrecarregados com turmas grandes e com pouco material pedagógico, o que dificulta a adaptação das atividades para atender todos os alunos da mesma forma.
Mas nem tudo é um mar de dificuldades. De acordo com Lopes (2022) nos últimos anos, a situação tem melhorado, e as políticas públicas têm se voltado mais para a ampliação do acesso e da qualidade da Educação Infantil. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Base Nacional Comum Curricular e outras políticas públicas têm buscado garantir que as escolas ofereçam mais do que apenas um espaço para as crianças ficarem, mas um lugar onde elas possam de fato aprender e se desenvolver em todas as suas potencialidades. A busca por uma formação de educadores mais qualificada e a ampliação da infraestrutura das escolas têm feito diferença, e a conscientização de que a Educação Infantil é, de fato, a base para um futuro melhor tem ganhado força.
A Educação Infantil é uma etapa essencial para o desenvolvimento das crianças, pois é nela que se formam as bases do aprendizado e da convivência social. Embora os desafios ainda sejam muitos, especialmente no que diz respeito à inclusão e à formação dos educadores, os avanços estão sendo feitos. O futuro da educação no Brasil depende, em grande parte, de como essa etapa será valorizada e aprimorada. Afinal, investir na Educação Infantil é investir no futuro de todo o país.

O Transtorno do Espectro Autista

O Transtorno do Espectro Autista, mais conhecido como autismo, é um transtorno do desenvolvimento que afeta a forma como a criança se comunica, interage socialmente e se comporta. O mais interessante é que ele pode se manifestar de maneiras bem diferentes de uma pessoa para outra, o que leva ao uso do termo "espectro", já que o autismo pode se apresentar de forma leve ou mais severa. As

dificuldades relacionadas à comunicação, à interação social e a comportamentos repetitivos são características comuns, mas o impacto de cada uma dessas dificuldades varia bastante entre os indivíduos. Mesmo sendo uma condição que já é bastante estudada, ainda há muitos aspectos a serem compreendidos.
De acordo com Orrú (2024) hoje em dia, a prevalência do autismo tem sido cada vez mais discutida, e muitos estudos mostram que o número de crianças diagnosticadas está aumentando. Esse aumento, em parte, pode ser atribuído à melhoria nos métodos de diagnóstico e ao maior conhecimento sobre a condição. Segundo a Organização Mundial da Saúde, a cada 160 crianças, uma apresenta algum grau de autismo. No Brasil, esse número também tem crescido, o que exige uma resposta mais rápida e eficaz das políticas públicas, especialmente no campo da educação.
Quanto aos sintomas, as crianças com autismo podem ter dificuldades em várias áreas. Segundo Viana (2020) a comunicação, por exemplo, é um dos aspectos mais impactados. Muitas vezes, essas crianças têm dificuldades em expressar suas necessidades, seja por fala ou outros meios. Além disso, elas podem ter uma interpretação diferente dos sinais sociais, como expressões faciais ou tom de voz, o que dificulta suas interações com os outros.
Outra característica marcante são os comportamentos repetitivos. Algumas crianças podem se envolver em movimentos corporais repetitivos, como balançar o corpo ou bater as mãos, ou ainda insistir em uma rotina rígida, o que gera um desconforto enorme se algo mudar e também podem ter interesses muito restritos, focando intensamente em um único tema ou objeto.

O diagnóstico do autismo não é simples, pois não existem exames de sangue ou imagens que possam confirmar a condição. Conforme explicam Salgado et al. (2022) ele é feito com base em observações clínicas detalhadas e no acompanhamento do histórico de desenvolvimento da criança. O diagnóstico precoce é fundamental para que a criança receba o apoio adequado o mais rápido possível. Esse diagnóstico é feito por uma equipe de profissionais, que pode incluir médicos, psicólogos e fonoaudiólogos. O mais importante nesse processo é uma análise cuidadosa do comportamento da criança, além de testes específicos que avaliam sua capacidade de comunicação e socialização.
Quando se fala no tratamento do autismo, é importante entender que não existe cura para o transtorno, mas sim formas de intervenção que podem ajudar a minimizar

os sintomas e melhorar a qualidade de vida da criança. O tratamento é, em geral, individualizado, adaptado conforme as necessidades de cada criança. Segundo Camelo et al. (2022) a terapia comportamental, como a Análise Comportamental Aplicada (ABA), é uma das mais utilizadas, ajudando as crianças a desenvolverem habilidades sociais, de comunicação e também a controlarem comportamentos repetitivos. Além disso, terapias ocupacionais e fonoaudiológicas são muito importantes para trabalhar a coordenação motora e a comunicação verbal e não verbal. Em alguns casos, quando necessário, podem ser prescritos medicamentos para controlar sintomas associados, como agressividade ou hiperatividade.
O autismo é uma condição complexa, e o caminho para uma educação e inclusão efetiva exige o envolvimento de profissionais qualificados, além de um suporte contínuo. Quanto mais cedo a intervenção acontecer, mais possibilidades há de a criança se adaptar e aprender a lidar com os desafios que o autismo impõe, conseguindo desenvolver suas potencialidades e ter uma vida mais plena.

Os impactos do autismo na aprendizagem
O crescimento expressivo das matrículas de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas redes públicas e privadas brasileiras – 44,4 % de aumento entre 2023 e 2024, saltando de 636 mil para quase 919 mil alunos, impõe à escola o desafio de compreender como as particularidades do espectro afetam o percurso acadêmico (BRASIL, 2025).
No cenário internacional, a prevalência estimada passou para 1 em 31 crianças de oito anos segundo o Centers for Disease Control and Prevention (CDC, 2025a), mais que o triplo do índice histórico divulgado pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2023). Esses dados dimensionam a urgência de políticas pedagógicas baseadas em evidências. Do ponto de vista cognitivo, indivíduos com TEA frequentemente apresentam déficits em flexibilidade mental, o que dificulta a alternância entre tarefas e a adaptação a mudanças na rotina escolar (Rodrigues et al., 2024).
Essa rigidez pode levar a frustração diante de instruções múltiplas ou de alterações inesperadas no planejamento didático, reduzindo o engajamento e a eficácia da aprendizagem. As funções executivas planejamento, organização e controle inibitório são igualmente impactadas. Meta-análise de Van der Schoot et al. (2024) aponta que limitações nessas funções estão diretamente associadas a

rendimento inferior em leitura, ortografia e matemática, sobretudo quando o TEA coexiste com deficiência intelectual. A lacuna acadêmica tende a se acentuar à medida que as demandas curriculares se tornam mais complexas. A linguagem constitui outro eixo crítico.
A revisão de Teixeira, Amorim e Silva (2024) demonstrou que crianças autistas adquirem vocabulário concreto mais lentamente que pares neurotípicos e apresentam menor precisão no uso pragmático da linguagem, prejudicando a compreensão leitora. Todavia, intervenções narrativas intensivas centradas em histórias estruturadas, pistas visuais e feedback imediato elevaram significativamente a produção oral e a compreensão textual de estudantes de 8 a 12 anos.
Estudo longitudinal europeu com 9 173 alunos revelou correlação negativa robusta entre sintomas autísticos e desempenho em leitura, matemática e ciências (Schwartz; Lim, 2024). Os autores apontam o vocabu-

lário restrito, aliado à comportamentos de escape, como mediadores desse resultado, sugerindo que estratégias de ampliação lexical e apoio comportamental podem reduzir parte do hiato.

Sob a ótica do ambiente escolar, pesquisas evidenciam que culturas inclusivas fortes atenuam os efeitos adversos. Kefallinou, Roberts e Webster (2024) verificaram que escolas primárias que adotam o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) e práticas colaborativas geram ganhos sociais e acadêmicos superiores aos observados em contextos segregados.

A UNESCO (2024) corrobora que remover barreiras curriculares e atitudinais é condição para progressão equitativa. Entretanto, dificuldades de autorregulação e comportamentos desafiadores seguem como entraves centrais. Reportagens sobre distritos texanos indicam aumento de 32 % nas solicitações de educação especial, com docentes sobrecarregados e alta rotatividade (CDC, 2025b).

Situação semelhante aparece em redes brasileiras, onde a formação inicial e continuada ainda não contempla, de forma consistente, análise funcional do comportamento nem adaptações sensoriais. Projetos recentes buscam suprir essas lacunas. O READ Project, nos Estados Unidos, agrega instrução explícita de inferência e suporte visual a alunos do 4.º ao 8.º ano, mostrando ganhos iniciais em compreensão de texto (CDC, 2025b). Contudo, investigação da Universidade da Carolina do Norte concluiu que simplesmente aumentar horas de terapia não garante avanço adicional, reforçando a importância da personalização e da qualidade dos programas (Rodrigues et al., 2024).

Avaliações psicopedagógicas individualizadas são imprescindíveis. Estudo correlacional relacionando escores de QI, memória de trabalho e ansiedade ao rendimento de 162 alunos autistas concluiu que esses três fatores, quando bem mapeados, permitem a construção de planos de ensino mais assertivos (Van Der Schoot et al., 2024). Tais achados indicam que o sucesso escolar depende de intervenções ajustadas às potencialidades e fragilidades de cada estudante.

Portanto, o impacto do autismo na aprendizagem é multifacetado, abrangendo aspectos cognitivos, linguísticos, comportamentais e ambientais. Evidências recentes demonstram que diagnósticos precoces, práticas pedagógicas estruturadas, apoio comportamental e culturas escolares inclusivas podem mitigar os efeitos negativos do TEA. Resta aos sistemas educacionais investir em formação docente continuada, recursos individualizados e monitoramento sistemático para transformar presença em participação efetiva.

A Inclusão de Crianças com Autismo na Educação Infantil: Práticas, Desafios e Soluções

Incluir crianças com autismo na Educação Infantil é um desafio e, ao mesmo tempo, uma oportunidade incrível de aprendizagem para todos. Cada criança é única e traz para a sala de aula não só suas particularidades, mas também formas diferentes de enxergar o mundo. O autismo, por ser um transtorno do espectro, se manifesta de várias maneiras, o que exige que os educadores estejam preparados para adaptar suas práticas e, mais do que isso, para enxergar as potencialidades de cada aluno.

Os educadores têm adotado algumas estratégias para tornar o ambiente mais acessível e acolhedor para as crianças com TEA. Segundo Chiote (2023) eles costumam utilizar recursos visuais, como cartazes, imagens e sinais, que ajudam as crianças a entender melhor as rotinas e as instruções. Além disso, muitas vezes são realizadas atividades em grupos pequenos, para que o aprendizado seja mais individualizado e as crianças possam interagir de maneira mais tranquila. Os educadores também buscam incentivar a comunicação, seja ela verbal ou não verbal, respeitando o ritmo de cada criança, o que ajuda a reduzir a ansiedade e a promover o desenvolvimento de habilidades sociais e cognitivas.

Mas apesar de todos os esforços, existem muitos desafios nesse processo. De acordo com Araújo, Santos e Borges (2021) a falta de formação específica sobre autismo ainda é um grande obstáculo. Muitos educadores se sentem despreparados

para lidar com as necessidades de uma criança com TEA, o que gera insegurança e,

em alguns casos, até frustração. Além disso, a infraestrutura das escolas, em muitos casos, não está adequada para receber essas crianças. Falta de materiais pedagógicos adaptados e a escassez de profissionais especializados, como terapeutas ocupacionais e psicopedagogos, tornam o trabalho dos educadores ainda mais complexo.

Outro ponto difícil de lidar são as questões sociais. De acordo com Silva e Milan (2023) crianças com autismo podem ter dificuldades de interação com os colegas, já que muitas vezes não conseguem ler corretamente as expressões faciais ou os sinais sociais, o que pode levar a mal-entendidos.

Isso, em alguns casos, pode resultar em exclusão ou até mesmo em atitudes discriminatórias por parte de outros alunos. Por isso, é essencial que a comunidade escolar, incluindo os alunos, seja sensibilizada para as necessidades dessas crianças, a fim de promover um ambiente mais inclusivo.

Mas há soluções possíveis. Uma delas é a capacitação constante dos educadores. Para Gonçalves et al. (2024) quanto mais preparados estiverem, mais seguros se sentirão ao lidar com as crianças com autismo. Além disso, é preciso que as escolas invistam em materiais didáticos mais adequados e criem ambientes que favoreçam o aprendizado e a socialização. Profissionais especializados, como fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais, são imprescindíveis para complementar o trabalho do educador e garantir um desenvolvimento mais eficaz.

A colaboração entre os educadores, as famílias e os profissionais da saúde também é essencial. Com um trabalho em equipe, é possível oferecer uma abordagem mais holística e eficaz, garantindo que a criança com autismo tenha o apoio necessário para se desenvolver tanto na escola quanto fora dela. Afinal, a inclusão é um processo contínuo, que depende da adaptação constante de todos os envolvidos (Farias et al., 2023).

A inclusão de crianças com autismo na Educação Infantil é um reflexo de uma sociedade que se importa e que reconhece que todos têm o direito de aprender e de se desenvolver. Os desafios são muitos, é verdade, mas também são muitas as soluções que podem ser aplicadas para transformar as dificuldades em oportunidades. Quando as escolas oferecem o suporte necessário, e quando todos os envolvidos entendem a importância de um olhar sensível para as necessidades de cada criança, o processo de inclusão se torna não só possível, mas profundamente

enriquecedor para todos.

## O Impacto das Políticas Públicas e Leis de Inclusão na Formação dos Educadores e no Funcionamento das Escolas

As políticas públicas e as leis de inclusão têm desempenhado um papel muito importante na transformação da educação no Brasil, especialmente quando o assunto é garantir que crianças com deficiências ou outras necessidades especiais possam ter acesso a uma educação de qualidade.

A legislação brasileira, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, por exemplo, é clara ao afirmar que todos têm direito à educação, independentemente de suas condições, e isso tem feito com que as escolas busquem maneiras de se adaptar a essa realidade. No entanto, esse processo de adaptação não tem sido fácil e traz consigo uma série de desafios, tanto para as escolas quanto para os educadores.

A Lei Brasileira de Inclusão, junto com outras legislações como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, exige que as escolas ofereçam uma educação que atenda a todos os estudantes, sem exceções. Mas não basta só fazer a matrícula do aluno com deficiência em uma turma regular, é preciso criar condições para que ele realmente aprenda.

Para Nery e Sales (2024) isso inclui adaptações nos espaços físicos, no material didático e até mesmo no próprio currículo. A ideia é garantir que o estudante com deficiência possa seguir o mesmo caminho de aprendizagem que os outros, sem que isso signifique ser tratado de forma diferente, mas sim com o suporte que ele precisa para alcançar seu potencial.

Porém, apesar das boas intenções das leis e políticas, a realidade das escolas brasileiras ainda está longe de ser ideal. A formação dos educadores, por exemplo, tem sido um ponto crítico. Muitas vezes, os professores não têm a formação adequada para lidar com a diversidade de necessidades presentes em

uma sala de aula inclusiva, como descreve Corsino (2020).
Embora existam programas de capacitação, o acesso a eles não é tão amplo quanto deveria, e muitos educadores sentem que a teoria que aprendem nos cursos não é suficiente para lidar com as dificuldades do dia a dia. Faltam, na verdade, estratégias práticas, que ajudem os professores a adaptar suas aulas e lidar com as questões comportamentais e emocionais que surgem com os alunos com deficiências.

Outro desafio é a infraestrutura das escolas. Apesar de muitas escolas terem feito algumas adaptações, como rampas de acesso e salas de aula mais acessíveis, ainda há uma grande escassez de recursos, como materiais pedagógicos adaptados ou tecnologias assistivas. Sem esses recursos, é difícil garantir que a educação seja realmente inclusiva. As escolas, em sua maioria, ainda enfrentam dificuldades para oferecer um ambiente físico e pedagógico adequado a todos os alunos (Suassuna, 2021).
No entanto, é importante notar que as políticas de inclusão também trouxeram muitos avanços. A inclusão tem provocado uma mudança de mentalidade, tanto nas escolas quanto na sociedade. Os educadores estão, aos poucos, se conscientizando da importância de criar um ambiente mais acolhedor, onde todos se sintam parte do grupo. Muitos passaram a adotar metodologias mais flexíveis, com atividades diversificadas que atendem a diferentes formas de aprender. E as famílias também têm desempenhado um papel importante nesse processo, ao apoiar a inclusão e colaborar com os educadores na construção de soluções que ajudem seus filhos a se desenvolver.
A inclusão é um processo contínuo e que exige um esforço conjunto. Para que ela seja realmente efetiva, é preciso que as escolas, os educadores e as famílias estejam cada vez mais preparados para lidar com a diversidade. Isso significa investir em formação contínua para os professores, garantir recursos e materiais adequados e, principalmente, trabalhar a conscientização e a empatia entre todos os envolvidos. Quando essas condições são atendidas, a educação inclusiva se torna não só uma obrigação legal, mas uma realidade que enriquece a vida de todos, mostrando que a diversidade, longe de ser um obstáculo, é uma fonte de aprendizagem e crescimento para todos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a pesquisa foi possível perceber que, apesar dos avanços nas políticas públicas e na conscientização sobre a inclusão, ainda há muito a ser feito. A formação dos educadores é um ponto central: muitos professores ainda não têm a capacitação necessária para lidar com as especificidades do autismo. Além disso, as escolas ainda enfrentam dificuldades em oferecer um ambiente físico e pedagógico adequado para essas crianças. A falta de recursos, a sobrecarga de turmas e a falta de formação continuada para os profissionais da educação são barreiras que, ainda hoje, dificultam

o pleno acesso dessas crianças à educação de qualidade.
Porém, é importante destacar que existem soluções sendo adotadas e resultados positivos surgindo quando educadores, famílias e a comunidade se unem para buscar a melhor forma de incluir as crianças com autismo. Práticas como a adaptação do currículo, o uso de metodologias específicas e a criação de um ambiente mais acolhedor fazem toda a diferença no processo de aprendizagem dessas crianças. No fim das contas, a inclusão não significa apenas colocar a criança na mesma sala de aula, mas oferecer condições reais para que ela participe ativamente e se desenvolva.
A Educação Infantil precisa entender que a diversidade é uma riqueza, e o autismo, com todas as suas peculiaridades, é uma parte dessa diversidade. Encarar
o autismo como uma oportunidade de aprendizado, e não como um obstáculo, é o primeiro passo para garantir que todas as crianças possam ter uma experiência escolar positiva e significativa. O caminho para uma educação verdadeiramente inclusiva passa pela continuidade de políticas públicas que favoreçam o acesso e a qualificação dos profissionais, garantindo que as crianças com autismo tenham seu direito de aprender respeitado. Dessa forma, podemos criar um futuro onde a inclusão, de fato, se torne

uma realidade para todas as crianças, com autismo ou não.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS


ARAÚJO, Paulo Henrique; SANTOS, Verônica Andrade; BORGES, Isabella Carolina. O autismo e a inclusão na educação infantil: estudo e revisão. Brazilian Journal of Development, v. 7, n. 2, p. 19775-19789, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Crescem matrículas de alunos com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec>.
Acesso em: 13 maio 2025.

CAMELO, Fábio Mesquita et al. Diagnóstico e tratamento do transtorno do espectro autista. RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar-ISSN 2675-6218, v. 3, n. 7,
p. e371619-e371619, 2022.

CENTROS DE CONTROLE E PREVENÇÃO DE DOENÇAS (CDC). Dados e
estatísticas sobre transtorno do espectro autista. Atlanta, 2025a. Disponível em:
<https://www.cdc.gov/autism>. Acesso em: 13 maio 2025.

CENTROS DE CONTROLE E PREVENÇÃO DE DOENÇAS (CDC). Serviços
educacionais para alunos com autismo: relatório pós-pandemia. Atlanta, 2025b. Disponível em: <https://www.cdc.gov/education>. Acesso em: 13 maio 2025.

CHIOTE, Fernanda de Araújo Binatti. Inclusão da criança com autismo na educação infantil: trabalhando a mediação pedagógica. Digitaliza Conteúdo, 2023.

CORSINO, Patrícia (Ed.). Educação Infantil: cotidiano e políticas. Autores Associados, 2020.

DYONISIO, Cristiane Makida; GIMENEZ, Roberto. Status sociométrico de alunos com transtorno do espectro do autismo na educação infantil e ensino fundamental. Revista Educação Especial, v. 36, p. 1-27, 2020.

FARIAS, Crysllane Pereira Santos et al. A inclusão de crianças com autismo no âmbito educacional: desafios e perspectivas. Revista Internacional de Estudos Científicos, v. 1, n. 2, p. 220-234, 2023.

GONÇALVES, Luciana Marinho Soares et al. A formação de professores para a inclusão de alunos com autismo: desafios e oportunidades. Revista Ibero- Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 10, n. 10, p. 4484-4500, 2024.

KEFALLINOU, A.; ROBERTS, J.; WEBSTER, A. Inclusão e resultados de alta qualidade para alunos com TEA. Fronteiras na Educação, Lausanne, v. 9, 2024.

LOPES, Amanda Cristina Teagno. Educação Infantil e registro de práticas. Cortez Editora, 2022.

NERY, Ligia Santos Pereira; SALES, Sheila Cristina Furtado. Criança com autismo na educação infantil. Seminário Nacional e Seminário Internacional Políticas Públicas, Gestão e Práxis Educacional, v. 1, p. 5851-5868, 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Transtornos do espectro do autismo – ficha técnica. Genebra, 2023. Disponível em: <https://www.who.int>. Acesso em: 13 maio 2025.

ORRÚ, Sílvia Ester. O autismo em meninas e mulheres: Diferença e interseccionalidades. Editora Vozes, 2024.

RODRIGUES, M.; et al. Flexibilidade cognitiva no TEA: meta-análises.
Neuroscience & Biobehavioral Reviews, Oxford, v. 152, p. 104-118, 2024.

SALGADO, Nathalia Di Mase et al. Transtorno do Espectro Autista em Crianças: Uma Revisão Sistemática sobre o Aumento da Incidência e Diagnóstico. Research, Society and Development, v. 11, n. 13, p. e512111335748-e512111335748, 2022.

SCHWARTZ, E.; LIM, S. A lacuna de desempenho acadêmico entre alunos com e sem SEND. Revista Europeia de Educação para Necessidades Especiais, Abingdon, v. 39, n. 1, p. 1-19, 2024.

SILVA, Erica Dantas; MILAN, Davi. O papel do professor na inclusão de alunos com autismo na educação infantil: uma análise dos desafios e das possibilidades.
Revista Educação Especial em Debate, v. 8, n. 16, p. 18-35, 2023.

SUASSUNA, Janieli de Souza Santos. Inclusão escolar de alunos com autismo na educação infantil. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 7, n. 7, p. 1417-1429, 2021.

TEIXEIRA, L.; AMORIM, P.; SILVA, R. Intervenção narrativa e compreensão leitora no TEA.

Jornal de Autismo e Transtornos do Desenvolvimento, Nova York, v. 55,
n. 12, p. 5198-5215, 2024.

UNESCO. Inclusão na educação – página de políticas. Paris, 2024. Disponível em: <https://www.unesco.org/education>. Acesso em: 13 maio 2025.

VAN DER SCHOOT, I.; et al. Habilidades acadêmicas em alunos com TEA e deficiência intelectual: revisão sistemática e meta-análise. Pesquisa em Deficiências de Desenvolvimento, Amsterdã, v. 139, e104448, 2024.

VIANA, Ana Clara Vieira et al. Autismo: uma revisão integrativa. Saúde dinâmica, v. 2, n. 3, p. 1-18, 2020.

VIEIRA, Gabriele Aparecida Barbosa; MOREIRA, Cristina Alves; LIMA, Brenda Caroline Rezende. Educação infantil. Revista Eletrônica Interdisciplinar, v. 15, n. 3, 2023.